

RESENHA

CONSIDERAÇÕES SOBRE NECROPOLÍTICA EM ACHILLE MBEMBE

Considerations about Necropolitical in Achille Mbembe

Maciana de Freitas e Souza¹

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

O ensaio *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, de Achille Mbembe publicado pela editora: N-1 apresenta uma reflexão sobre o conceito de necropolítica efetuada pelo Estado como “o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2018, p. 5). Desse modo, entende-se que violência está ligada à estrutura que organiza as relações sociais, reproduzindo-se no cotidiano dos diversos grupos e, aqui especificamente, no cotidiano da população negra.

O autor, Achille Mbembe, é Professor de História e Ciência Política nas Universidades de Witwatersrand em Joanesburgo e Duke University nos Estados Unidos, exerce também a função de diretor de Pesquisa Social e Econômica no Instituto Witwatersrand, em Joanesburgo.

Achille Mbembe demonstra neste ensaio que os efeitos da escravidão e o colonialismo continuam sendo vistos hoje nos países periféricos e traz em sua literatura o conceito de “necropolítica”, como ferramenta teórica de compreensão da ação política contemporânea. Para Mbembe, o racismo se constitui enquanto elemento de controle e dominação nas relações de poder e desenvolve o entendimento do conceito por meio de suas leituras em Michel Foucault e Giorgio Agamben.

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – (UERN). Pós-graduada em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família pela instituição Faculdade Vale do Jaguaribe.

Mbembe (2018) inicia o seu percurso teórico apresentando os impactos do colonialismo e do sistema escravocrata para a emergência de desigualdades e violências diversas contra a população negra, tanto os homens quanto as mulheres estavam igualmente expostos ao trabalho pesado, castigos e opressão. De acordo com Mbembe “as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da civilização”. (2018, p. 35).

Ao discutir sobre o processo de colonização, o autor defende que a sociedade era marcada por hierarquias, e que toda forma de violência e segregação vivida pela população negra anteriormente serviu para legitimar o sistema capitalista vigente. Por isso, Mbembe desenvolve seu trabalho, no sentido de pensar e esclarecer essa relação entre a soberania e a violência. Para Mbembe (2018, p. 5) “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder” E ainda, referindo-se ao colonialismo menciona, “[...] o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a ‘paz’ tende a assumir o rosto de uma ‘guerra sem fim’ (2018, p. 32-33).

Mbembe atribui que o objetivo central da soberania é a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (2018, p. 10-11). Nesse contexto, ressalta que na fase colonialista a população negra era vista enquanto mercadoria e estava submetido a toda a forma de submissão e violência. Isso exige compreender que “[...] o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. [...]A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais” (2018, p. 36).

Mbembe (2018), apresenta reflexões teóricas afirmadas em Michel Foucault, para explicar o período colonial como o primeiro experimento biopolítico da modernidade, assim menciona:

A formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da

espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) de ‘racismo’” (2018, p. 18).

Dessa maneira, o fenômeno da colonização é utilizado para evidenciar a projeção do poder sobre a vida e ao mencionar o processo de violência vivido pelo povo negro durante essa quadra histórica, o autor mostra a extensão dessas desigualdades na formação dos Estados nacionais. A Política realizada por um Estado, que segundo Mbembe “se comprometeria a civilizar os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar”. (2018,p.33).

Mbembe (2018) dialoga com filósofo italiano Giorgio Agamben no que se refere a categoria Estado de exceção², para explicar as formas repressivas desenvolvidas pela política ocidental. Para Mbembe, essas práticas sociais sustentam as hierarquias raciais e nesse processo, as ações empreendidas pelo Estado em nome da “segurança” revelam outras violações de direitos. Esse contexto permite a emergência de situações marcadas pela violência:

[...] Viver sob a ocupação contemporânea é experimentar uma condição permanente de “viver na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites do anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias [...] (2018, p. 68-69).

É nesse sentido que a investigação de Mbembe(2018) faz referência ao conceito de Necropolítica. Para o autor, é a partir do racismo que se desenvolve o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer, numa política de Estado que se pauta em um exercício contínuo de letalidade:

[...] racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da

2 O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integrar o sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de exceção permanente (ainda que eventualmente não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p.13)

morte e torna possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer” (2018, p. 18).

Entendendo o caráter histórico da sociedade em que vivemos, Mbembe (2018) assinala que este processo é mais intenso nos países da periferia do capitalismo, na qual a democracia ainda é restrita como também o direito permanece conectado à violência soberana, formando assim uma verdadeira política de produção de morte. A compreensão desse fenômeno é dado pelo racismo, conforme menciona Michel Foucault: “O racismo é o meio de introduzir, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte entre o que deve morrer e o que deve viver.” (2010, p. 214).

Com o atual estágio da necropolítica, Mbembe (2018) assinala que as guerras e ocupações contemporâneas continuam a reproduzir a lógica colonial e desse ponto de vista faz referência a questão da Palestina, na qual o governo israelense, baseado na ideia de defesa e segurança estatal tem violentado e massacrado o povo palestino formando uma verdadeira política de extermínio, sendo essa dinâmica a manifestação de um poder soberano.

Destarte, o autor considera que o poder soberano se configura como direito de vida e de morte, e diante disso, é perceptível a violência estatal que tem desumanizado os palestinos, uma vez que não estão sob a tutela de uma organização capaz de garantir seus direitos. Tal processo, repercute na existência de espaços de exceção e da inscrição da necropolítica na ordem estatal. “O olho atua como arma (...), matar se torna assunto de alta precisão (...) e população inteiras são o alvo do soberano” (2018, p.44 e 47).

Portanto, as considerações de Mbembe devem ser ponto de partida em nossas análises conjunturais com vistas a fortalecer a luta antirracista e o Estado democrático de Direito, como indica Foucault, “onde há poder, há resistência”. As noções de “necropolítica” desenvolvidas pelo pensador nos ajudam a entender a soberania e o racismo estrutural sob uma abordagem crítica e descolonial, como também compreender como se dá essa relação no Ocidente. Dessa maneira, o ensaio se demonstra relevante para pensar um Direito mais justo, tendo como horizonte a criação de possibilidades de resistência ao poder constituído.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**; 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.